



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026-FDM
Processo Administrativo nº 191/2024
UASG: 926800

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO, por meio da Divisão de Licitações da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, sediada Rua Jundiá, 481, Tirol – Natal/RN, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Resoluções nº 05/2023 e nº 07/2023, Atos da Mesa nº 2530/2023 e nº 2531/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 09 de março de 2026.

Horário: 09h (nove horas) - Horário de Brasília

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos, em caráter ininterrupto, de administração, gerenciamento, controle e intermediação informatizada do abastecimento de combustíveis (gasolina, etanol e óleo diesel) por meio de sistema eletrônico integrado, com utilização de cartões magnéticos, microprocessados ou tecnologia equivalente ou superior, a serem utilizados em rede especializada de postos de abastecimento previamente credenciada, destinados ao atendimento da frota oficial de veículos da Fundação Djalma Marinho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o de MAIOR DESCONTO.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Fundação Djalma Marinho para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Dotação Orçamentária: 01.201 01.122.0100 214901 - Manutenção e Funcionamento da
Fundação Djalma Marinho
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ
Fonte: 0500 – Recursos Não Vinculados de Impostos

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. A presente licitação é destinada a ampla participação. Terão tratamento favorecido e diferenciado as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
 - 3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a



sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



- 5.1.1. valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Marca; quando aplicável
- 5.1.3. Fabricante; quando aplicável
- 5.1.4. Quantidade
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
 - 5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



6.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.17.2.2. empresas brasileiras;

6.17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



6.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.18.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.18.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, **caso solicitado**, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, caso os documentos encontrem-se no Sistema.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).



8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.19. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a decadência do direito de contratar, uma vez que a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparados será exigida nas Licitações Públicas de forma diferenciada e para efeito de assinatura dos contratos, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa



com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.21. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que trata o subitem 8.18.

9. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO

9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



9.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.6.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de [5] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de [5] dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até [5] dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de [5] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*



10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.8. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1 Abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista da microempresa e empresa de pequeno porte.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço rua Jundiáí, 481, Tirol – Natal/RN, na Divisão de Licitações da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
 - 12.1.5. fraudar a licitação
 - 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública



- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoes@al.rn.leg.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.al.rn.leg.br

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

- 14.11.2. ANEXO II – Modelo de Declaração de Parentesco;
- 14.11.3. ANEXO III – Minuta do Contrato.

Natal/RN, 19 de fevereiro de 2026.

Thiago Antunes Bezerra
Pregoeiro – AL/RN



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo n.º 191/2024

1. DO OBJETO CARACTERIZAÇÃO E DO ESCOPO DO SERVIÇO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos, em caráter ininterrupto, de administração, gerenciamento, controle e intermediação informatizada do abastecimento de combustíveis (gasolina, etanol e óleo diesel) por meio de sistema eletrônico integrado, com utilização de cartões magnéticos, microprocessados ou tecnologia equivalente ou superior, a serem utilizados em rede especializada de postos de abastecimento previamente credenciada, destinados ao atendimento da frota oficial de veículos da Fundação Djalma Marinho, conforme as condições, especificações, quantitativos estimados e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. O serviço objeto desta contratação possui natureza contínua e caráter essencial para o regular funcionamento das atividades administrativas, operacionais e institucionais da Fundação Djalma Marinho, não se admitindo solução de continuidade durante a vigência contratual.

1.3. A presente contratação não envolve o fornecimento direto de combustíveis pela Contratada, mas sim a prestação de serviços de gestão, administração, gerenciamento e intermediação do abastecimento, compreendendo o controle das operações, a consolidação das informações, o acompanhamento dos consumos, a disponibilização de relatórios gerenciais e a operacionalização da rede credenciada.

1.4. Registra-se que o objeto da contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, sendo classificado como serviço comum, conforme justificativa constante do Documento de Formalização da Demanda.

2. DAS JUSTIFICATIVAS:

2.1. Da Justificativa da Contratação

2.1.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade do abastecimento de combustíveis destinados à frota oficial da Fundação Djalma Marinho, bem como às atividades operacionais desenvolvidas no âmbito da TV Assembleia, considerando a essencialidade do serviço para o cumprimento das finalidades institucionais da Fundação e para a manutenção das atividades administrativas, logísticas e de comunicação pública.

2.1.2. Registre-se que o contrato atualmente vigente, celebrado sob a égide da Lei nº 8.666/1993, encontra-se em fase final de execução, sendo juridicamente inviável a sua prorrogação, em razão do esgotamento do prazo máximo legalmente permitido. Diante desse cenário, impõe-se a instauração de novo procedimento licitatório, já sob a disciplina da Lei nº 14.133/2021, de modo a assegurar a continuidade do serviço público, em observância aos princípios da legalidade, da segurança jurídica, da eficiência administrativa e da continuidade dos serviços essenciais.

2.1.3. A manutenção da utilização de sistema informatizado para administração e gerenciamento do abastecimento de combustíveis revela-se medida necessária e adequada à realidade operacional da Fundação Djalma Marinho, tendo em vista que tal modelo já vem sendo utilizado e demonstrou-se eficaz no controle das operações, na rastreabilidade das informações, na transparência dos gastos e na segurança na aplicação dos recursos públicos. A continuidade desse modelo permite o acompanhamento individualizado dos abastecimentos, a consolidação de dados gerenciais e o fortalecimento da fiscalização da execução contratual, contribuindo para a mitigação de riscos de desperdícios, falhas operacionais e irregularidades, bem como para o aperfeiçoamento contínuo da gestão administrativa.



2.1.4. O modelo de contratação mediante rede credenciada de postos de abastecimento, gerida pela empresa contratada, confere maior flexibilidade operacional, amplia a capilaridade do atendimento, reduz custos administrativos internos e elimina a necessidade de vínculos diretos entre a Administração e os estabelecimentos fornecedores de combustíveis, contribuindo para a eficiência e a racionalização da gestão pública.

2.1.5. A definição do critério de julgamento pela menor taxa de administração incidente sobre os valores efetivamente abastecidos revela-se adequada à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, ao alinhar a remuneração da contratada à eficiência da gestão do serviço prestado, em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e da obtenção do melhor resultado para o interesse público.

2.1.6. Pretende-se assegurar a prestação dos serviços pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada, de forma contínua, a manutenção da vantajosidade da contratação para a Administração.

2.1.7. Diante do exposto, a presente contratação mostra-se indispensável e plenamente justificada sob os aspectos técnico, operacional, jurídico e econômico, revelando-se a solução mais adequada para garantir a continuidade do abastecimento da frota oficial da Fundação Djalma Marinho e a boa gestão dos recursos públicos, em estrita observância ao interesse público.

2.2. Da Justificativa para a Contratação em Item Único (Não Parcelamento do Objeto)

2.2.1. A presente contratação será realizada em item único, com a aplicação de taxa de administração única, tendo em vista que o objeto não se refere ao fornecimento isolado ou segmentado de combustíveis, mas à prestação integrada de serviços de administração, gerenciamento, controle e intermediação informatizada do abastecimento da frota oficial, por meio de sistema eletrônico unificado.

2.2.2. A eventual divisão do objeto por tipo de combustível ou por qualquer outro critério não se mostra técnica nem economicamente adequada, uma vez que comprometeria a lógica sistêmica da contratação, a padronização operacional, a rastreabilidade das informações, a consolidação dos dados gerenciais e a eficiência da fiscalização contratual.

2.2.3. Ademais, a contratação por item único encontra respaldo no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de objeto indivisível sob o aspecto funcional e operacional, sendo a adoção de solução integrada condição essencial para a obtenção do melhor resultado para a Administração, sem prejuízo à competitividade.

2.3. Da Justificativa da Não Aplicação de Cotas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)

2.3.1. O presente procedimento licitatório será realizado em regime de ampla concorrência, não se aplicando a reserva de cotas ou a exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.3.2. A decisão fundamenta-se no fato de que o objeto da contratação consiste na prestação de serviço de natureza contínua, com elevado grau de complexidade tecnológica e operacional, exigindo estrutura robusta de sistema informatizado, rede ampla e regular de estabelecimentos credenciados, capacidade de gestão integrada, controle em tempo real e garantia de continuidade do serviço.

2.3.3. A fragmentação da contratação ou a imposição de cotas destinadas exclusivamente a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não se mostra vantajosa para a Administração, pois pode comprometer a eficiência da execução contratual, reduzir a economia de escala e elevar os riscos operacionais associados à interrupção ou à inadequação do serviço prestado.



2.3.4. Assim, a contratação de um único fornecedor com capacidade técnica e operacional para gerenciar o objeto de forma integrada revela-se a solução mais adequada para assegurar a eficiência, a economicidade, a continuidade do serviço e o atendimento ao interesse público.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. Do sistema informatizado de gerenciamento

3.1.1. O sistema a ser contratado deverá individualizar o usuário responsável por cada abastecimento, mediante utilização de cartão magnético, microprocessado ou tecnologia equivalente ou superior, associado a senha individual e intransferível, de forma a garantir a segurança das operações, devendo registrar, no mínimo, o produto ou serviço utilizado, a quantidade, a data, o horário, o local do abastecimento, a identificação do veículo e a quilometragem registrada no momento da transação.

3.1.2. O sistema deverá operar em ambiente eletrônico informatizado, com acesso restrito por meio de login e senha, permitindo o acompanhamento das operações de abastecimento em tempo real ou em prazo compatível com a dinâmica operacional do serviço, assegurando rastreabilidade, transparência e controle gerencial.

3.1.3. Na hipótese de adoção de tecnologia equivalente ou superior à especificada neste Termo de Referência, esta deverá apresentar organização, estrutura funcional, lógica operacional e nível de detalhamento compatíveis ou superiores às exigências aqui previstas, assegurando, no mínimo, as mesmas funcionalidades, controles, relatórios e padrões de gestão descritos neste instrumento, vedada a apresentação de soluções que comprometam a rastreabilidade, a transparência, a segurança da informação ou a eficiência da gestão.

3.1.4 A Contratada deverá disponibilizar mecanismos de controle e alerta no sistema informatizado que permitam à Administração identificar variações atípicas ou discrepâncias relevantes em relação aos referenciais da ANP, possibilitando a adoção de medidas de fiscalização, bloqueio preventivo ou descredenciamento, quando cabível, mediante avaliação e validação do gestor do contrato.

3.2. Dos prazos

3.2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do instrumento contratual, admitida prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada, de forma contínua, a vantajosidade para a Administração.

3.2.2. No prazo máximo de cinco (cinco) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, a Contratada deverá entregar a quantidade de cartões prevista neste Termo de Referência e iniciar a execução dos serviços, assegurando o pleno funcionamento do sistema, sem prejuízo da execução contratual.

3.2.3. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos relacionados ao sistema disponibilizado pela Contratada não deverá ser superior a 1 (um) dia útil, devendo ser mantida estrutura de suporte técnico capaz de atender prontamente às demandas da Contratante.

3.3. Da abrangência geográfica

3.3.1. A Contratada deverá manter rede credenciada de postos de abastecimento em todo o território nacional, com cobertura prioritária no Estado do Rio Grande do Norte, assegurando, no mínimo, atendimento nos seguintes municípios: Açu, Alexandria, Apodi, Areia Branca, Caraúbas, Caicó, Currais Novos, Goianinha, João Câmara, Jucurutu, Lages, Macaíba, Macau, Mossoró, Natal, Parelhas, Parnamirim, Patu, Pau dos Ferros, Santa Cruz e São Gonçalo do Amarante.



3.3.2. Na inexistência de posto credenciado em quaisquer dos municípios elencados, a Contratada deverá providenciar o credenciamento no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, sempre que houver demanda da Contratante durante a execução contratual.

3.3.3. A Contratada deverá apresentar ao gestor e ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da assinatura do instrumento contratual, a relação completa e atualizada dos postos credenciados, contendo, no mínimo, razão social, nome fantasia, CNPJ e endereço.

3.4. Dos cartões a serem emitidos

3.4.1. A quantidade estimada de cartões magnéticos, microprocessados ou meios eletrônicos de identificação equivalentes ou superiores, para atendimento da frota da Fundação Djalma Marinho é de 14 (catorze) unidades, sendo 7 (sete) de uso ativo e 7 (sete) de reserva, podendo essa quantidade ser ajustada, para mais ou para menos, sem ônus para a Contratante, conforme necessidade operacional.

3.4.2. Deverão ser disponibilizados cartões adicionais sempre que necessário para suprir eventuais demandas, estimando-se inicialmente 5 (cinco) unidades, sem custos adicionais.

3.4.3. Em caso de perda, roubo, dano ou extravio, a Contratada deverá providenciar o bloqueio imediato após a comunicação e a substituição do cartão no prazo máximo de 07 (sete) dias, para não interromper a operacionalidade da frota.

3.4.4. Deverá existir procedimento de contingência para situações de falha ou indisponibilidade do sistema de identificação, assegurando a continuidade do abastecimento e o posterior registro das informações no sistema.

3.5. Dos relatórios e documentos a serem emitidos

3.5.1. Deverá ser emitido comprovante a cada transação realizada, independentemente de solicitação do condutor, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) identificação do posto de abastecimento, com indicação de nome, endereço e CNPJ;
- b) identificação do veículo, com indicação de placa, marca e modelo;
- c) identificação do condutor responsável pela operação;
- d) tipo de combustível abastecido;
- e) quantidade abastecida, em litros;
- f) data e horário da transação;
- g) valor total da operação;
- h) quilometragem registrada no momento do abastecimento.

3.5.2. Deverá ser encaminhada, mensalmente ou sempre que solicitado pelo gestor ou fiscal do contrato, a relação atualizada dos postos de abastecimento credenciados, contendo, no mínimo, razão social, nome fantasia, CNPJ e endereço.

3.5.3. Mensalmente, deverá ser emitido relatório detalhado das operações realizadas pela frota, contendo, no mínimo, as seguintes informações relativas a cada abastecimento:

- a) data e horário da operação;
- b) identificação do estabelecimento credenciado;
- c) identificação do veículo e do usuário responsável;
- d) tipo de combustível utilizado;
- e) quantidade abastecida, em litros;
- f) valor total da operação;
- g) quilometragem registrada do veículo.



3.5.4. Deverá ser apresentado relatório mensal consolidado, contendo o volume de gastos realizados por tipo de combustível, bem como a identificação de veículos que apresentem eventuais distorções quanto à quilometragem percorrida ou ao consumo de combustíveis, para fins de controle e fiscalização.

3.5.5. Excetuados os comprovantes emitidos no ato da transação, os relatórios poderão ser disponibilizados por meio eletrônico, mediante acesso restrito por autenticação de usuário e senha, assegurada a integridade, a rastreabilidade e a disponibilidade das informações.

3.5.6. A Contratada deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços prestados pela rede de postos credenciados, com o objetivo de garantir padrão satisfatório de qualidade, regularidade e conformidade com as condições contratuais.

3.5.7. A Contratada deverá acompanhar as publicações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP relativas a postos autuados ou interditados por irregularidades, comunicando imediatamente a Contratante e promovendo o descredenciamento do estabelecimento, quando aplicável.

3.5.8. As informações referentes às operações de abastecimento deverão ser lançadas no sistema informatizado em tempo real ou, excepcionalmente, em prazo tecnicamente justificável, de forma simultânea à realização do abastecimento.

3.5.9. Os postos credenciados deverão praticar preços à vista, compatíveis com a média praticada na respectiva região ou município, observados os parâmetros de mercado e os referenciais divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

3.6. Do treinamento

3.6.1. A Contratada deverá ministrar, às suas expensas, treinamento aos gestores e usuários indicados pela Contratante e envolvidos na utilização do sistema informatizado da solução proposta, sem qualquer custo adicional, podendo ser realizado de forma remota, por meio de telefone ou videoconferência, conforme cronograma previamente pactuado com a área responsável da Contratante.

3.6.2. O cronograma de treinamento deverá ser definido em conjunto com a Divisão de Material e Patrimônio ou setor equivalente indicado pela Contratante, devendo contemplar, no mínimo, os seguintes conteúdos:

- a) apresentação e utilização dos relatórios fornecidos pelo sistema;
- b) manual de utilização dos softwares de gerenciamento e de consolidação de dados, redigido em língua portuguesa;
- c) descrição técnica dos procedimentos, funcionalidades e operações do sistema, compreendendo a administração e o gerenciamento da frota, bem como as rotinas de suporte disponibilizadas aos usuários e gestores, visando ao pleno aproveitamento operacional da solução.

3.7. Dos combustíveis a serem utilizados

3.7.1. Gasolina (comum e aditivada);

3.7.2. Etanol;

3.7.3. Diesel (comum e aditivado).

3.8. Da frota a ser atendida

3.8.1. A composição atual da frota oficial a ser atendida pelo sistema de abastecimento é a seguinte:

ORDEM	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	ANO
01	CHEVROLET	SPIN 1.8 AT LT 7	FLEX	2023



02	CHEVROLET	SPIN 1.8 AT LT 7	FLEX	2023
03	CHEVROLET	SPIN 1.8 AT LT 7	FLEX	2023
04	VOLKSWAGEN	GOL 1.0 L MC4	FLEX	2022
05	VOLKSWAGEN	GOL MPI	FLEX	2023
06	VOLKSWAGEN	GOL TI MCV	FLEX	2023
07	VOLKSWAGEN	SAVEIRO CS RB MPI	FLEX	2023

3.8.2. Os veículos que vierem a ser substituídos ou incorporados poderão ser abastecidos, desde que previamente cadastrados no sistema.

3.8.3. Poderá haver variação do número de veículos durante a vigência contratual, sem descaracterização do objeto.

4. COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS

4.1. As quantidades de combustíveis indicadas neste Termo de Referência foram estimadas com base no histórico de consumo da frota oficial da Fundação Djalma Marinho, bem como na projeção das necessidades administrativas e operacionais durante a vigência contratual, possuindo caráter meramente estimativo.

4.2. Para fins de planejamento da contratação, dimensionamento do serviço e reserva orçamentária, as estimativas de consumo médio mensal e anual dos combustíveis encontram-se discriminadas na tabela a seguir, podendo sofrer variações ao longo da execução contratual, de acordo com as necessidades efetivas da Administração:

ITEM	COMBUSTÍVEL	UNIDADE DE MEDIDA	VOLUME MÉDIO MENSAL	VOLUME MÉDIO ANUAL
01	ETANOL	LITROS	530	6.360
02	GASOLINA	LITROS	2.250	27.900
03	ÓLEO DIESEL	LITROS	665	7.980

4.3. O valor estimado da contratação foi apurado exclusivamente para fins de planejamento, análise de vantajosidade e adequação orçamentária, com base nas quantidades estimadas de consumo.

4.4. Não configura obrigação da Administração a utilização da totalidade dos quantitativos ou dos valores estimados constantes deste Termo de Referência, estando o consumo condicionado às necessidades reais da Fundação Djalma Marinho, inexistindo qualquer obrigação de consumo mínimo ou garantia de faturamento à Contratada.

5. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 A Contratada será selecionada por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência.



5.2 A disputa será realizada por meio de sistema eletrônico oficial, assegurando-se a ampla competitividade, a transparência do certame, a isonomia entre os licitantes e a observância das normas aplicáveis às contratações públicas, especialmente aquelas previstas na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação pertinente.

5.3 O critério de julgamento adotado será o de **menor taxa de administração**, incidente sobre os valores efetivamente abastecidos, por se mostrar o mais adequado à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, assegurando o melhor resultado para o interesse público.

5.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a necessidade de execução integrada, centralizada e sob responsabilidade única da empresa contratada, de modo a assegurar a adequada gestão do sistema, a rastreabilidade das operações e a eficiência da fiscalização contratual.

5.4.1. Não se considera subcontratação, para fins deste item, o credenciamento de postos de combustíveis realizado pela Contratada para a execução do objeto, permanecendo a Contratada como única e integral responsável perante a Administração pela qualidade dos serviços e pelo pagamento pontual aos seus credenciados, bem como pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.

6. DA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Na proposta deverá constar o preço, expresso em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com impostos, taxas, seguros, frete, transporte, encargos, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, venham ocorrer.

6.2. A proposta deverá indicar, de forma clara, expressa e inequívoca, a taxa de administração, incidente sobre os valores efetivamente abastecidos, a qual constituirá a única forma de remuneração da Contratada pela execução dos serviços, observado o critério de julgamento definido no instrumento convocatório.

6.3. Na taxa de administração ofertada deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução do objeto, tais como impostos, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, custos administrativos, operacionais e tecnológicos, fretes, transportes, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, não sendo admitida a cobrança de quaisquer valores adicionais além daqueles expressamente previstos no contrato.

6.4. O fornecimento de combustíveis ocorrerá por meio de rede de postos credenciados, sendo os valores correspondentes aos combustíveis pagos pela Administração com base nos preços à vista praticados pelos estabelecimentos credenciados, observadas as condições de mercado e as regras estabelecidas neste Termo de Referência, não constituindo tais valores objeto de disputa entre as licitantes.

6.5. Para fins de planejamento da contratação, dimensionamento do serviço e elaboração das propostas, foram considerados os volumes médios de consumo, apurados com base no histórico de utilização da frota da Fundação Djalma Marinho, os quais possuem caráter meramente estimativo, não gerando obrigação de consumo mínimo por parte da Administração, nem direito a faturamento garantido à Contratada.

6.6. Para fins de padronização da apresentação das propostas, as licitantes deverão considerar a seguinte planilha de composição, a qual integra o corpo deste Termo de Referência exclusivamente como instrumento demonstrativo e estimativo, não se caracterizando como preço máximo, mínimo ou parâmetro vinculante:



ITEM	COMBUS TÍVEL	UNID	VOLUM E MÉDIO MENSAL	VALOR TOTAL MENS AL	VOLU ME MÉDIO ANUAL	VALOR TOTAL ANUAL	TAXA DE ADMINIS TRAÇÃO (%)	VALOR DA TAXA
01	ETANOL	LITRO S	530	R\$ XXXX	6.360	R\$ XXX	xxxx	R\$ xxxxx
02	GASOLIN A	LITRO S	2.250	R\$ XXXX	27.900	R\$ XXX	xxxx	R\$ xxxxx
03	DIESEL	LITRO S	665	R\$ XXXX	7.980	R\$ XXX	xxxx	R\$ xxxxx

6.7. A planilha acima deverá ser utilizada exclusivamente para fins de estimativa, comparação e uniformização das propostas.

6.8. Os valores estimados constantes da planilha têm por finalidade subsidiar o planejamento e a estimativa orçamentária, não se caracterizando como preço máximo, mínimo ou parâmetro vinculante para a formulação das propostas, assegurando-se às licitantes plena liberdade na definição da taxa de administração ofertada.

7. REQUISITOS DO FORNECEDOR

7.1 Necessidade de vistoria – Para a presente contratação, não será exigida a realização de vistoria técnica prévia, tendo em vista que as informações necessárias à elaboração das propostas encontram-se suficientemente descritas neste Termo de Referência e em seus anexos, sendo de inteira responsabilidade da licitante o pleno conhecimento das condições de execução do objeto. A dispensa de vistoria não exime a futura Contratada da obrigação de executar o serviço em conformidade com todas as exigências técnicas, operacionais e legais estabelecidas.

7.2 Exigência de capacidade técnica do fornecedor – A licitante deverá comprovar possuir capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços semelhantes, notadamente aqueles relacionados à administração, gerenciamento e controle informatizado do fornecimento de combustíveis, por meio de sistema eletrônico ou tecnologia equivalente, não se exigindo identidade absoluta entre os serviços anteriormente executados e o objeto ora licitado, desde que demonstrada a aptidão para sua execução.

7.2.1. Na hipótese de apresentação de proposta com taxa de administração igual a zero ou negativa, a licitante deverá, quando solicitada pela Administração, comprovar a exequibilidade da proposta, por meio de documentos e informações suficientes à demonstração da viabilidade da execução contratual, nos termos da legislação vigente.

7.3 Apresentação de amostras – Não será exigida a apresentação prévia de amostras, considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviço de natureza continuada, cujo atendimento às especificações técnicas será verificado durante a fase de habilitação e, posteriormente, na execução contratual, mediante avaliação do sistema informatizado, dos cartões e dos mecanismos de controle disponibilizados pela licitante vencedora, sob fiscalização da Administração.

8. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

8.1 Habilitação jurídica



- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- f) Prova de regularidade com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.



g) Consulta ao cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), com emissão das respectivas certidões.

8.2.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.3 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3 Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

9. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

9.1. A contratação decorrente deste Termo de Referência será formalizada por meio de instrumento contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitado o limite máximo de até 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada, a cada prorrogação, a vantajosidade da manutenção contratual para a Administração.

9.3. O objeto da contratação caracteriza-se como serviço contínuo, por se tratar de atividade essencial e permanente ao regular funcionamento das atividades administrativas, logísticas e operacionais da Fundação Djalma Marinho, cuja interrupção comprometeria a continuidade do serviço público.

9.4. As condições específicas relativas à vigência, prorrogação, reajustes, revisões, rescisão e demais aspectos contratuais serão detalhadamente disciplinados no instrumento contratual a ser celebrado, em conformidade com este Termo de Referência e com a legislação vigente.

9.5. Eventuais alterações contratuais poderão ser formalizadas por termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da modificação, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificadas e precedidas da correspondente motivação administrativa.

10. MODELO DE GESTÃO

10.1 A servidora LUCIANA INÊS DANTAS PINHEIRO, matrícula nº 206.736-3, será gestor fiscal titular, e a servidora GLAUCIA JAMILLE GOMES GUEDES PAIVA, matrícula nº 206735-8, será gestor fiscal substituto, e exercerão a fiscalização do contrato, registrando todas as ocorrências e deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas; também, adotarão as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

10.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o seu perfeito cumprimento.



10.3 O Gestor Fiscal designado estabelecerá todos os contatos durante a execução do contrato, nos termos da legislação.

10.4 O Gestor Fiscal do contrato e o seu substituto, conforme seja o caso, anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.5 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado pelo titular da pasta para funcionar como Gestor Fiscal contratual deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

10.6 A fiscalização exercida no interesse do órgão contratante, não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda resultante de imperfeições, emprego de material inadequado ou de qualidade dos serviços, tendo-se que a sua ocorrência não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos

10.7 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.8 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.9 As comunicações entre a FDM e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.10 A FDM poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.11 A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços.

10.12 A contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

10.13 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor Fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput), que acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.14 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o Gestor Fiscal do contrato emitirá notificações para a correção do objeto contratado, determinando prazo para a correção.

10.15 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a contratada comunicará o fato imediatamente ao Gestor Fiscal.

10.16 O Gestor Fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.17 O Gestor Fiscal coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



10.18 O Gestor Fiscal registrará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.19 O Gestor Fiscal emitirá documento comprobatório da avaliação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.20 O Gestor Fiscal deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.21 O Gestor Fiscal tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.22 A Contratada assume integral responsabilidade pelos riscos operacionais detalhados no documento de Análise de Riscos anexo a este TR, especialmente quanto à indisponibilidade do sistema de cartões, falhas na rede credenciada e inconsistências nos relatórios gerenciais, não cabendo qualquer pleito de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de deficiências na sua estrutura tecnológica ou administrativa.

11. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO

11.1 A empresa contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou documento equivalente, para dar início à execução do contrato, admitindo-se que a implantação integral do sistema e a entrega total dos cartões ocorram no prazo máximo previsto na Cláusula 3.2.2.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, a Contratante deverá:

12.1.1 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar suas obrigações de acordo com as determinações do Termo de Referência e do contrato ou documento equivalente;

12.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, com os termos de sua proposta comercial e com a legislação vigente;

12.1.3 Pagar à Contratada o valor resultante da entrega do material ou prestação do serviço, na forma do contrato ou documento equivalente;

12.1.4 Zelar para que durante toda a vigência do contrato ou documento equivalente, sejam mantidas as condições estabelecidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, podendo notificar a Contratada sobre eventuais alterações dessas condições;

12.1.5 Aplicar as sanções administrativas e contratuais, se necessário;

12.1.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

12.1.7 Comunicar à Contratada as eventuais irregularidades observadas na execução do contrato ou documento equivalente para adoção das providências saneadoras.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



13.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

13.2 Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato, sendo que a indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

13.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo gestor fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo gestor fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do gestor fiscal do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.8 O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização, dentro do prazo estabelecido no contrato ou documento equivalente para o pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; 6) Certidão Estadual e Dívida Ativa do Estado (CONJUNTAS).

13.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.10 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.11 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.



13.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (Lei nº 14.133/2021, art. 116,).

13.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo gestor fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (Lei nº 14.133/2021, art. 116, parágrafo único);

13.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

14. REGIME DE EXECUÇÃO

14.1 A comunicação entre a contratada e a FDM deverá ser realizada por meio de contato telefônico, através do número (84) 3132-0567 ou por e-mail, através do patrimoniofdm@al.rn.leg.br.

14.2 O sistema de gerenciamento ofertado deverá permitir a elaboração de relatórios gerenciais de controle das despesas de abastecimento, quilometragem dos veículos de consumo, de preços praticados nos postos credenciados, discriminados por veículos. Deverá, ainda:

14.2.1 Disponibilizar cartões individuais eletrônicos que viabilizem o gerenciamento de informações da frota, sendo no mínimo um para cada veículo.

14.2.2 Disponibilizar equipamentos eletrônicos de leitura de dados para cartão eletrônico individual, nos estabelecimentos conveniados.

14.2.3 Informatizar os dados de consumo no momento do abastecimento, quilometragem, custos, identificação do veículo, identificação do condutor que realizou a transação, abastecimento, data e horário, valor em reais e médias praticadas por veículos.

14.2.4 O sistema tecnológico viabilizará o pagamento do abastecimento de combustíveis para os veículos a serem contemplados, junto aos postos de abastecimento, por meio do cartão eletrônico.

14.2.5 Permissão de acesso através da WEB (internet), por meio de senha administrada pela Contratante, permitindo parametrização de cartões e emissões de relatórios.

14.3 A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos e itens necessários à perfeita execução dos serviços, nas quantidades necessárias durante todo o período da prestação de serviços, sem ônus para a Contratante.

14.4 A execução do contrato deverá observar o disposto neste Termo de Referência, especialmente em toda a Cláusula 3, no que for cabível.

15. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Impedimento de licitar e contratar;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar;
- d) Multa.

15.3 A multa é a penalidade de natureza pecuniária imposta ao fornecedor, licitante ou contratado, calculada na forma do edital ou do contrato, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4. No âmbito da licitação ou das contratações diretas, a multa poderá ser aplicada respeitando os seguintes percentuais:

- a) de 0,5% (cinco décimos por cento) até 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta, nos casos em que a licitante deixar de apresentar a documentação exigida pelo certame;
- b) de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta no caso em que a licitante não mantiver a sua proposta ou deixar de celebrar o contrato no prazo de validade da proposta;
- c) de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta no caso em que a licitante apresentar documento falso ou em caso de recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
- d) de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da proposta no caso em que a licitante cometer fraude ou comportar-se de modo inidôneo no âmbito da licitação.

15.5 No âmbito do contrato e aditamentos, a sanção de multa poderá ser de caráter:

- a) moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) por hora ou dia de atraso, conforme previsto em termo de referência, projeto básico, edital ou contrato, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;
- b) compensatório, quando serão aplicados os seguintes percentuais: a) de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada de forma proporcional sobre a parte inadimplida; b) de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto.

15.6 A multa será formalizada por apostilamento contratual, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021, e será executada mediante:

- a) quitação do valor da penalidade por parte do fornecedor em prazo a ser determinado pela autoridade competente;
- b) desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- c) desconto no valor das parcelas devidas à contratada; ou
- d) procedimento judicial.

15.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



15.8 O pagamento da importância devida poderá ser parcelado, a pedido do interessado, mediante autorização fundamentada do ordenador de despesa, desde que o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial.

15.9 A aplicação da multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

15.10 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

15.11 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).

15.12 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

15.13 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21).

15.14 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.15 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.16 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.17 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.18 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

15.19 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de



publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21)

15.20 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.21 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

16. PREVISÃO DE ADOÇÃO DE IMR

16.1. Para fins de acompanhamento da execução contratual, fiscalização e avaliação da qualidade dos serviços prestados, será adotado Instrumento de Medição de Resultados – IMR, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e em conformidade com as boas práticas de governança e gestão contratual.

16.2. O IMR terá por finalidade aferir, de forma objetiva, mensurável e verificável, o desempenho da Contratada na execução do objeto, contemplando, no mínimo, indicadores relacionados a:

I – disponibilidade, estabilidade e desempenho do sistema informatizado;

II – tempo máximo de resposta e solução de falhas técnicas;

III – conformidade, precisão, integridade e tempestividade das informações e relatórios apresentados;

IV – abrangência, regularidade e manutenção da rede de postos credenciados;

V – nível de atendimento e satisfação da Administração quanto aos serviços prestados.

16.3. Os indicadores de desempenho, as metas, a periodicidade das avaliações, os critérios de pontuação e os respectivos reflexos administrativos e financeiros decorrentes da aplicação do IMR serão definidos pelo gestor e fiscal do contrato, podendo ser ajustados ao longo da execução contratual, desde que devidamente justificados, formalmente motivados e registrados nos autos do processo administrativo de acompanhamento contratual.

16.4. Os resultados apurados por meio do IMR poderão subsidiar, de forma proporcional, motivada e vinculada aos indicadores efetivamente aferidos, a aplicação de glosas, advertências, ajustes no faturamento, sanções administrativas ou outras medidas previstas contratualmente, sempre limitadas à parcela do objeto afetada pela não conformidade e precedidas da observância do contraditório e da ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

16.5. A aplicação do IMR não afasta a responsabilidade da Contratada pelo cumprimento integral das obrigações contratuais, nem substitui os demais mecanismos de fiscalização e controle previstos neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável, podendo ainda servir de subsídio para a avaliação de vantajosidade em eventuais prorrogações contratuais.

17. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

17.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de **liquidação**, na forma desta cláusula, prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



17.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantida a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.3. Para fins de liquidação, deverá ser verificado se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada contém os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data de emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para a CONTRATANTE.

17.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, nos termos da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.7. Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

17.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários à garantia do recebimento de seus créditos.

17.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

17.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

17.11. Em conformidade com o art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021, mensalmente, antes de cada pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar que mantém a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, mediante a indicação dos empregados que preencham as referidas vagas, devendo tal comprovação ser enviada juntamente com os demais documentos.

17.12. O **pagamento** será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.



17.13. No caso de atraso por parte da CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE de correção monetária.

17.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

17.15. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo único. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, por ocasião do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

17.17. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por esse regime, ficando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

18.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPCA, ou outro índice oficial que venha a ser utilizado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, acumulado nos últimos 12 meses, tendo como data-base a data de apresentação da proposta.

18.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços de valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6 Caso índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

18.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8 O valor dos combustíveis em si não sofre reajuste por índice, sendo regido pela variação de mercado verificada nas bombas dos postos credenciados, observada a média da tabela ANP para a região, conforme estabelecido na Cláusula de Fiscalização.

18.9 O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA CONTRATUAL

19.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência do valor do objeto a ser contratado.



20. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

20.1. A presente contratação observará, de forma expressa, os princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica, em conformidade com o art. 11, incisos IV, da Lei nº 14.133/2021, bem como com as diretrizes de contratações públicas sustentáveis adotadas pela Administração Pública.

20.2. A gestão informatizada do abastecimento contribuirá diretamente para a racionalização do consumo de combustíveis, permitindo o monitoramento contínuo dos padrões de uso da frota, a identificação de desvios e a adoção de medidas corretivas voltadas à eficiência energética e à redução da emissão de gases poluentes.

20.3. A Contratada deverá priorizar o credenciamento de postos que comprovem regularidade ambiental junto aos órgãos competentes, especialmente quanto ao licenciamento ambiental, à destinação adequada de resíduos e à observância das normas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, sem prejuízo das demais exigências legais aplicáveis.

20.4. O sistema eletrônico adotado deverá privilegiar a digitalização integral dos processos, com a emissão de relatórios, comprovantes e documentos em meio eletrônico, eliminando ou reduzindo significativamente o uso de papel, contribuindo para a preservação ambiental e para a modernização da gestão administrativa.

20.5. As práticas de sustentabilidade adotadas no âmbito da execução contratual poderão ser acompanhadas e avaliadas pelo gestor e fiscal do contrato, inclusive por meio dos mecanismos previstos no Instrumento de Medição de Resultados – IMR, quando aplicável.

20.6. A adoção dessas práticas visa não apenas mitigar impactos ambientais, mas também promover a responsabilidade socioambiental, a eficiência na utilização dos recursos públicos e o alinhamento da Fundação Djalma Marinho às políticas contemporâneas de governança pública sustentável.

21. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

21.1 O valor mensal estimado da contratação é de R\$ 10.643,27 (dez mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e sete centavos), perfazendo o valor global estimado de R\$ 127.719,27 (cento e vinte e sete mil, setecentos e dezenove reais e vinte e sete centavos) para o período contratual de 12 (doze) meses, conforme estimativa elaborada com base no consumo histórico da frota nos últimos doze meses. Para fins de adequação orçamentária, mitigação de riscos e absorção de eventuais oscilações de preços no mercado de combustíveis, o valor estimado da contratação já contempla a aplicação de margem de 10% (dez por cento), a título de absorver variações de consumo e de preços, sem que isso implique obrigação de execução integral do montante estimado.

21.2. Os valores estimados possuem caráter meramente referencial, destinando-se ao planejamento da contratação e à adequação orçamentária, não gerando obrigação de consumo mínimo nem assegurando à Contratada direito a faturamento garantido, sendo a execução condicionada à efetiva necessidade da Administração.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

no orçamento da Fundação Djalma Marinho, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: XX.XXX

Função: XX

Sub-função: XXX

Programa: XXX

Ação: XXXXXX

Natureza: XXXXXX

Subelemento: XXX

Fonte de Recurso: XXX

23. DAS INFORMAÇÕES

23.1 Maiores esclarecimentos ou quaisquer outras informações suplementares com relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Termo, poderão ser obtidos junto à Divisão de Material e Patrimônio, no horário das 08h às 14h, de segunda a sexta-feira, e-mail: patrimoniofdm@al.rn.leg.br, telefone: 84 3132-0567.

Natal, 19 de janeiro de 2026.

FRANCISCO GEILSON SILVA DE ARRUDA JÚNIOR

Chefe de Divisão de Material e Patrimônio



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO
(Usar papel timbrado da empresa)

PREGÃO Nº. ***/2026 – FDM

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____ (endereço da empresa), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF/MF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que, no certame licitatório em epígrafe, atende ao art. 14¹, IV, da Lei 14.133/22, por:

Inexistir em sua composição integrantes com impedimento em participar em Licitações e Contratos Administrativos ou qualquer infringência aos princípios do caput D Art. 37² da Constituição Federal de 1988;

1. Não possuir em seu quadro societário, ou funcional que detenha poder decisório (gerentes ou diretores), integrante que seja agente político do Poder Legislativo ou entidade contratante, ocupantes de cargos de Direção, Chefia ou responsável pela licitação;
2. Não possuir em seu quadro societário, ou funcional que detenha poder decisório (gerentes ou diretores), integrante que seja conjugue, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

() Os sócios desta empresa, bem como seus gerentes, diretores SÃO CÔNJUGES, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros vinculados a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte ou a Fundação Djalma Marinho, abaixo identificado(s):

Local e data,

Carimbo (ou nome legível) e assinatura
Representante legal

¹ Art. 14, IV: *Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação*²

Art. 37. *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*



**MINUTA DO CONTRATO N.º XX/2026 PARA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E
GERENCIAMENTO PARA O FORNECIMENTO DE
COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, ÁLCOOL E DIESEL), QUE
ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO E
A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.**

Pelo presente instrumento, de um lado, a **FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO**, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.185.524/0001-43, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, à Rua Jaguarari, 1234, Barro Vermelho, representada neste ato por seu Diretor Executivo, Júlio César de Queiroz Costa, inscrito no CPF/MF sob o nº. 722.161.664-72, residente e domiciliado neste município, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXX**, com sede XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXX, carteira de identidade nº XXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob nº XXXXXXXX doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 191/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos, em caráter ininterrupto, de administração, gerenciamento, controle e intermediação informatizada do abastecimento de combustíveis (gasolina, etanol e óleo diesel) por meio de sistema eletrônico integrado, com utilização de cartões magnéticos, microprocessados ou tecnologia equivalente ou superior, a serem utilizados em rede especializada de postos de abastecimento previamente credenciada, destinados ao atendimento da frota oficial de veículos da Fundação Djalma Marinho, conforme as condições, especificações, quantitativos estimados e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta da CONTRATADA;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. Do sistema informatizado de gerenciamento



2.1.1. O sistema deverá individualizar o usuário responsável por cada abastecimento, mediante utilização de cartão magnético, microprocessado ou tecnologia equivalente ou superior, associado a senha individual e intransferível, de forma a garantir a segurança das operações, devendo registrar, no mínimo, o produto ou serviço utilizado, a quantidade, a data, o horário, o local do abastecimento, a identificação do veículo e a quilometragem registrada no momento da transação.

2.1.2. O sistema deverá operar em ambiente eletrônico informatizado, com acesso restrito por meio de login e senha, permitindo o acompanhamento das operações de abastecimento em tempo real ou em prazo compatível com a dinâmica operacional do serviço, assegurando rastreabilidade, transparência e controle gerencial.

2.1.3. Na hipótese de adoção de tecnologia equivalente ou superior à especificada neste Termo, esta deverá apresentar organização, estrutura funcional, lógica operacional e nível de detalhamento compatíveis ou superiores às exigências aqui previstas, assegurando, no mínimo, as mesmas funcionalidades, controles, relatórios e padrões de gestão descritos neste instrumento, vedada a apresentação de soluções que comprometam a rastreabilidade, a transparência, a segurança da informação ou a eficiência da gestão.

2.1.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar mecanismos de controle e alerta no sistema informatizado que permitam à CONTRATANTE identificar variações atípicas ou discrepâncias relevantes em relação aos referenciais da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, possibilitando a adoção de medidas de fiscalização, bloqueio preventivo ou descredenciamento, quando cabível, mediante avaliação e validação do gestor do contrato.

2.2. Dos prazos

2.2.1. No prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá entregar a quantidade de cartões prevista neste Termo e iniciar a execução dos serviços, assegurando o pleno funcionamento do sistema, sem prejuízo da execução contratual.

2.2.2. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos relacionados ao sistema disponibilizado pela CONTRATADA não deverá ser superior a 1 (um) dia útil, devendo ser mantida estrutura de suporte técnico capaz de atender prontamente às demandas da CONTRATANTE.

2.3. Da abrangência geográfica

2.3.1. A CONTRATADA deverá manter rede credenciada de postos de abastecimento em todo o território nacional, com cobertura prioritária no Estado do Rio Grande do Norte, assegurando, no mínimo, atendimento nos seguintes municípios: Açu, Alexandria, Apodi, Areia Branca, Caraúbas, Caicó, Currais Novos, Goianinha, João Câmara, Jucurutu, Lages, Macaíba, Macau, Mossoró, Natal, Parelhas, Parnamirim, Patu, Pau dos Ferros, Santa Cruz e São Gonçalo do Amarante.

2.3.2. Na inexistência de posto credenciado em quaisquer dos municípios elencados, a CONTRATADA deverá providenciar o credenciamento no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, sempre que houver demanda da CONTRATANTE durante a execução contratual.

2.3.3. A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da assinatura do instrumento contratual, a relação completa e atualizada dos postos credenciados, contendo, no mínimo, razão social, nome fantasia, CNPJ e endereço.

2.4. Dos cartões a serem emitidos

2.4.1. A quantidade estimada de cartões magnéticos, microprocessados ou meios eletrônicos de identificação equivalentes ou superiores, para atendimento da frota da CONTRATANTE é de 14 (catorze) unidades, sendo 7 (sete) de uso ativo e 7 (sete) de reserva, podendo essa quantidade ser ajustada, para mais ou para menos, sem ônus para a CONTRATANTE, conforme necessidade operacional.



2.4.2. Deverão ser disponibilizados cartões adicionais sempre que necessário para suprir eventuais demandas, estimando-se inicialmente 5 (cinco) unidades, sem custos adicionais.

2.4.3. Em caso de perda, roubo, dano ou extravio, a CONTRATADA deverá providenciar o bloqueio imediato após a comunicação e a substituição do cartão no prazo máximo de 07 (sete) dias, para não interromper a operacionalidade da frota.

2.4.4. Deverá existir procedimento de contingência para situações de falha ou indisponibilidade do sistema de identificação, assegurando a continuidade do abastecimento e o posterior registro das informações no sistema.

2.5. Dos relatórios e documentos a serem emitidos

2.5.1. Deverá ser emitido comprovante a cada transação realizada, independentemente de solicitação do condutor, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) identificação do posto de abastecimento, com indicação de nome, endereço e CNPJ;
- b) identificação do veículo, com indicação de placa, marca e modelo;
- c) identificação do condutor responsável pela operação;
- d) tipo de combustível abastecido;
- e) quantidade abastecida, em litros;
- f) data e horário da transação;
- g) valor total da operação;
- h) quilometragem registrada no momento do abastecimento.

2.5.2. Deverá ser encaminhada, mensalmente ou sempre que solicitado pelo gestor do contrato, a relação atualizada dos postos de abastecimento credenciados, contendo, no mínimo, razão social, nome fantasia, CNPJ e endereço.

2.5.3. Mensalmente, deverá ser emitido relatório detalhado das operações realizadas pela frota.

2.5.4. Deverá ser apresentado relatório mensal consolidado, contendo o volume de gastos realizados por tipo de combustível, bem como a identificação de veículos que apresentem eventuais distorções quanto à quilometragem percorrida ou ao consumo de combustíveis, para fins de controle e fiscalização.

2.5.5. Excetuados os comprovantes emitidos no ato da transação, os relatórios poderão ser disponibilizados por meio eletrônico, mediante acesso restrito por autenticação de usuário e senha, assegurada a integridade, a rastreabilidade e a disponibilidade das informações.

2.5.6. A CONTRATADA deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços prestados pela rede de postos credenciados, com o objetivo de garantir padrão satisfatório de qualidade, regularidade e conformidade com as condições contratuais.

2.5.7. A CONTRATADA deverá acompanhar as publicações da ANP relativas a postos autuados ou interditados por irregularidades, comunicando imediatamente a CONTRATANTE e promovendo o descredenciamento do estabelecimento, quando aplicável.

2.5.8. As informações referentes às operações de abastecimento deverão ser lançadas no sistema informatizado em tempo real ou, excepcionalmente, em prazo tecnicamente justificável, de forma simultânea à realização do abastecimento.

2.5.9. Os postos credenciados deverão praticar preços à vista, compatíveis com a média praticada na respectiva região ou município, observados os parâmetros de mercado e os referenciais divulgados pela ANP.

2.6. Do treinamento

2.6.1. A CONTRATADA deverá ministrar, às suas expensas, treinamento aos gestores e usuários indicados pela CONTRATANTE e envolvidos na utilização do sistema informatizado da solução proposta, sem qualquer



custo adicional, podendo ser realizado de forma remota, por meio de telefone ou videoconferência, conforme cronograma previamente pactuado com a área responsável da CONTRATANTE.

2.6.2. O cronograma de treinamento deverá ser definido em conjunto com a Divisão de Material e Patrimônio ou setor equivalente indicado pela CONTRATANTE, devendo contemplar, no mínimo, os seguintes conteúdos:

- a) apresentação e utilização dos relatórios fornecidos pelo sistema;
- b) manual de utilização dos softwares de gerenciamento e de consolidação de dados, redigido em língua portuguesa;
- c) descrição técnica dos procedimentos, funcionalidades e operações do sistema, compreendendo a administração e o gerenciamento da frota, bem como as rotinas de suporte disponibilizadas aos usuários e gestores, visando ao pleno aproveitamento operacional da solução.

2.7. Dos combustíveis a serem utilizados

- 2.7.1. Gasolina (comum e aditivada);
- 2.7.2. Etanol;
- 2.7.3. Diesel (comum e aditivado).

2.8. Da frota a ser atendida

2.8.1. A composição atual da frota oficial a ser atendida pelo sistema de abastecimento é a seguinte:

ORDEM	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	ANO
01	CHEVROLET	SPIN 1.8 AT LT 7	FLEX	2023
02	CHEVROLET	SPIN 1.8 AT LT 7	FLEX	2023
03	CHEVROLET	SPIN 1.8 AT LT 7	FLEX	2023
04	VOLKSWAGEN	GOL 1.0 L MC4	FLEX	2022
05	VOLKSWAGEN	GOL MPI	FLEX	2023
06	VOLKSWAGEN	GOL TI MCV	FLEX	2023
07	VOLKSWAGEN	SAVEIRO CS RB MPI	FLEX	2023

2.8.2. Os veículos que vierem a ser substituídos ou incorporados poderão ser abastecidos, desde que previamente cadastrados no sistema.

2.8.3. Poderá haver variação do número de veículos durante a vigência contratual, sem descaracterização do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitado o limite máximo de até 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada, a cada prorrogação, a vantajosidade da manutenção contratual para a Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor global estimado pela execução é de R\$ XXXXXXX.



CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da FDM, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: 01201 – Fundação Djalma Marinho

Função: 01 – Legislativa

Sub-função: 122 – Administração Geral

Programa: 0100 – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Ação: 214901 – Manutenção e Funcionamento da FDM

Natureza: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica

Fonte: 0500 – Recursos Não Vinculados de Impostos

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

Da liquidação

6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.3. Para fins de liquidação, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

6.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

6.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;



b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.7. Constatando-se, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

6.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

6.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

6.11. Em conformidade com o art. 116 da Lei 14.133, de 2021, mensalmente, antes de cada pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar de que mantém a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, mediante a indicação dos empregados que preenchem as referidas vagas, devendo tal comprovação ser enviada juntamente os demais documentos.

Do pagamento

6.12. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

6.13. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA/IBGE de correção monetária.

6.14. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

6.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo Único. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.17. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE



- 7.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 7.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPCA, ou outro índice oficial que venha a ser utilizado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, acumulado nos últimos 12 meses, tendo como data-base a data de apresentação da proposta.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços de valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.6. Caso índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O valor dos combustíveis em si não sofre reajuste por índice, sendo regido pela variação de mercado verificada nas bombas dos postos credenciados, observada a média da tabela ANP para a região, conforme estabelecido na Cláusula de Fiscalização.
- 7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREPOSTO

- 8.1. A CONTRATADA designará o Sr. xxxxxx, telefone: xxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxx para representar a empresa e atender a todas as demandas, questionamentos e solicitações da CONTRATANTE junto a este instrumento contratual.
- 8.2. Se por algum motivo a funcionária que atua como preposto for desligada da empresa, esta enviará automaticamente nova indicação.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

- 9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência do valor do objeto a ser contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

- 10.1. A emissão da nota fiscal/fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços.



10.2. O recebimento seguirá o disposto no art. 140 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021, conforme exposto a seguir:

10.2.1. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Contrato, no Termo de Referência, na Proposta, no Edital e na Ordem de Serviço; e

10.2.2. Definitivamente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências deste instrumento.

10.3. Se, após o recebimento provisório, constar-se que os serviços fornecidos foram prestados em desacordo com as especificações contidas neste Contrato, na respectiva Proposta de Preços e no Termo de Referência, depois da CONTRATADA ser devidamente notificada/comunicada, esta terá o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias corridos para entregá-los, desta vez, dentro das referidas especificações.

10.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.5. O recebimento definitivo dos serviços, objeto deste Contrato, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela CONTRATANTE, nos termos do Código Civil de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1 Manter preposto aceito pela CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato, sendo que a indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo gestor fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo gestor fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;



11.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do gestor fiscal do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.7. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização, dentro do prazo estabelecido no contrato ou documento equivalente para o pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; 6) Certidão Estadual e Dívida Ativa do Estado (CONJUNTAS);

11.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

11.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.1.11. Cumprir e comprovar, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, no prazo fixado pelo gestor fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (Lei nº 14.133/2021, art. 116, parágrafo único);

11.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATANTE deverá:

12.1.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar suas obrigações de acordo com as determinações do Termo de Referência e do contrato;

12.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, com os termos de sua proposta comercial e com a legislação vigente;

12.1.3. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

12.1.4. Zelar para que durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas as condições estabelecidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, podendo notificar a CONTRATADA sobre eventuais alterações dessas condições;

12.1.5. Aplicar as sanções administrativas e contratuais, se necessário;

12.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

12.1.7. Comunicar à CONTRATADA as eventuais irregularidades observadas na execução do contrato ou documento equivalente para adoção das providências saneadoras;



12.1.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data do pedido e apresentação dos comprovantes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. A servidora LUCIANA INÊS DANTAS PINHEIRO, matrícula nº 206.736-3, será gestora fiscal titular, e a servidora GLAUCIA JAMILLE GOMES GUEDES PAIVA, matrícula nº 206735-8, será gestora fiscal substituta, e exercerão a fiscalização do contrato, registrando todas as ocorrências e deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas; também, adotarão as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

13.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o seu perfeito cumprimento.

13.3. O Gestor Fiscal estabelecerá todos os contatos durante a execução do contrato, nos termos da legislação.

13.4. O Gestor Fiscal do contrato e o seu substituto, conforme seja o caso, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

13.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor Fiscal deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

13.6. A fiscalização exercida no interesse da CONTRATANTE, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda resultante de imperfeições, emprego de material inadequado ou de qualidade dos serviços, tendo-se que a sua ocorrência não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos

13.7. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.8. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor Fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput), que acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

13.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o Gestor Fiscal do contrato emitirá notificações para a correção do objeto contratado, determinando prazo para a correção.

13.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a CONTRATADA comunicará o fato imediatamente ao Gestor Fiscal.

13.12. O Gestor Fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



13.13. O Gestor Fiscal coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.14. O Gestor Fiscal registrará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.15. O Gestor Fiscal emitirá documento comprobatório da avaliação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.16. O Gestor Fiscal deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13.17. O Gestor Fiscal tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Impedimento de licitar e contratar;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar;
- d) Multa.

14.3. A multa é a penalidade de natureza pecuniária imposta ao fornecedor, licitante ou contratado, calculada na forma do edital ou do contrato, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. No âmbito do contrato e aditamentos, a sanção de multa poderá ser de caráter:



a) moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) por hora ou dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

b) compensatório, quando serão aplicados os seguintes percentuais: a) de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA ou nos casos de rescisão do contrato, calculada de forma proporcional sobre a parte inadimplida; b) de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto.

14.5. A multa será formalizada por apostilamento contratual, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021, e será executada mediante:

- a) quitação do valor da penalidade por parte do fornecedor em prazo a ser determinado pela autoridade competente;
- b) desconto no valor das parcelas devidas à CONTRATADA; ou
- c) procedimento judicial.

14.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

14.7. O pagamento da importância devida poderá ser parcelado, a pedido do interessado, mediante autorização fundamentada do ordenador de despesa, desde que o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial.

14.8. A aplicação da multa de mora não impedirá que a CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo.

14.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

14.10. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).

14.11. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

14.12. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21).

14.13. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.15. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;



e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.17. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

14.18. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

14.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.20. Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

15.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

15.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



- 15.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 15.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 15.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 15.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 15.4.3. Indenizações e multas.
- 15.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 15.6. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 15.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

- 16.1. Incumbirá a CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial Eletrônico (DOE), na forma do art. 91, caput, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO E ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a necessidade de execução integrada, centralizada e sob responsabilidade única da CONTRATADA, de modo a assegurar a adequada gestão do sistema, a rastreabilidade das operações e a eficiência da fiscalização contratual.
- 17.1.1. Não se considera subcontratação, para fins deste item, o credenciamento de postos de combustíveis realizado pela CONTRATADA para a execução do objeto, permanecendo a CONTRATADA como única e integral responsável perante a CONTRATANTE pela qualidade dos serviços e pelo pagamento pontual aos seus credenciados, bem como pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.
- 17.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CONTRATANTE à continuidade do contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. As partes contratantes elegem o foro da cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato emitido em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Fundação Djalma Marinho, em Natal, xxx de xxxxxx de 2026.

FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO
JÚLIO CÉSAR DE QUEIROZ COSTA – DIRETOR EXECUTIVO
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: